

RELATÓRIO DE GESTÃO

2024



1. Introdução

O ano de 2024 foi dominado pela procura permanente de manter o rumo da excelência do CSPM, considerando a continuada necessidade de recrutamento e seleção de pessoas capacitadas para o preenchimento das vagas que se iam verificando, fosse pela saída voluntária de uns, fosse por se entender que o desempenho de outros não correspondia às expectativas ou necessidades da organização.

Como temos vindo a afirmar, as organizações valem pela qualidade dos seus colaboradores e dirigentes. Por isso, colocamos o foco, especialmente, no sucesso das substituições. Aconteceu e acontece, porém, que o mercado de emprego é o mais exíguo das últimas décadas. Ora, sendo mais exíguo, diminui a possibilidade de escolha e se a isso juntar salários baixos, como é o caso do setor social, está criada a tempestade que nenhuma organização deseja. Podemos dizer que esta tempestade continua a pairar sobre o CSPM.

2024 foi, em termos de respostas sociais, provavelmente, o que criou maior stress, ao nível do Pré-Escolar. De facto, pese embora a transparência total, desde o início do ano letivo 2023/2024, sabíamos que não teríamos infraestrutura física para responder a todas as solicitações de matrícula, gerando-se a tristeza, incompreensão, incerteza e revolta dos pais. Fizeram-se diligências na DGEstE, CMVC e AEDPedroIV sem resultados objetivos, ficando alguns pais inconsoláveis. Alguns dos quais, porém, com desistências de última hora de outros, viram a felicidade bater-lhes à porta, já que acabaram por ter lugar para os seus filhos. Em todo o caso, a turma dos 3 anos, oriunda de 2 salas de Creche, ficou “irremediavelmente” marcada, gerando distorções, mal-entendidos e mesmo atitudes insensatas por parte de alguns pais.

Em termos de desenvolvimento houve um trabalho contínuo sobre os diferentes projetos pensados, incluindo alguns enquadrados no PRR, demorando, contudo, a conclusão dos seus estudos, fosse pela “lentidão” de realização do gabinete de projetos da CMVC, fosse pela procrastinação do gabinete de arquitetura contratado pelo CSPM. Avizinha-se, por isso, um grande caudal de investimentos que o CSPM não pode deixar parar ou adiar, sob pena do financiamento a fundo perdido ficar, irremediavelmente, comprometido.

A meio do ano, o CSPM teve a visita do senhor Bispo Auxiliar do Porto, D. Joaquim Dionísio, no âmbito da sua visita pastoral à paróquia de S. João Evangelista de Mindelo, tendo ficado a conhecer e agradado com a realidade desta instituição.

Finalmente, o ano de 2024 marca o fim do mandato dos órgãos sociais nomeados para o quadriénio 2021/2024, pese embora os membros da Direção se encontrarem demissionários há quase 2 anos. A pedido da Diocese, em duas reuniões distintas, com bispos distintos, os membros da Direção mantiveram-se no exercício de funções. Esta situação, como é evidente, não contribuiu para a otimização da administração do Centro Social e Paroquial, mas não terá sido causa de alguns dos problemas vividos na e pela instituição.



2 – Atividade

2.1 – Infância

A capacidade das respostas de **Creche e Pré-Escolar** foram completamente esgotadas, logo que, em julho, se procedeu à seriação das crianças de acordo com os critérios dos Regulamentos Internos. Portanto, 87 crianças em Creche e 71 crianças no Pré-Escolar. Mais um ano em que o CSPM não conseguiu responder a todas as solicitações, na Creche e no Pré-Escolar (crianças com 3 anos). Dezenas de crianças, cujos pais, tiveram de arranjar alternativa.

No arranque do novo ano letivo, 2024/2025, foi apresentado o projeto educativo para o triénio 2024/2027, sob o lema “Agora as Pessoas”, com diferentes temas pedagógicos, agrupados em 6 eixos, a ser trabalhados por diferentes grupos de crianças e mais velhos, a saber: Eixo 1 – A brincar se vai aprendendo; Eixo 2 – Descobrir o que de melhor existe em nós; Eixo 3 – A expressão através das artes; Eixo 4 – Por uma comunidade mais fraterna, mais empática e participativa; Eixo 5 – Desenvolver o espírito criativo; Eixo 6 – Cuidar, desenvolver, estimular.

Paralelamente foram discutidos e elaborados os Planos de Atividades para o ano 2024/2025, neles participando, com contributos, toda a equipa educativa, havendo o cuidado dos mesmos se fundarem no Projeto Educativo e na intencionalidade educativa desejada para os diferentes grupos etários. Naturalmente que as efemérides relevantes pontuam os Planos de Atividades, designadamente aquelas que se consagraram como grandes momentos da vida do CSPM, como são os casos da Festa da Primavera e de Fim de Ano Letivo ou a Festa de Natal.





Z. Z.
Fernando
Santos



Em 2024 deu-se continuidade ao fórum “**Escola de Pais**” tendo havido boa adesão de pais e colaboradores, sessões que foram preparadas pelos colaboradores do CSPM.



A comunicação com os pais continuou a ser uma marca distintiva do CSPM. Designadamente as reflexões semanais partilhadas através da plataforma, são um excelente meio de ligar permanentemente os pais à escola e à Educadora dos seus filhos.

A equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva (EMAEI) desempenhou um papel notável no cuidado e apoio as crianças com necessidades educativas especiais, cujo número tem vindo a crescer significativamente, em reflexo da organização da sociedade que vamos construindo.



Novos brinquedos e materiais foram adquiridos para os tempos dedicados à “exploração” e à “brincadeira”. Procuramos que estas aquisições vão ao encontro de novas abordagens e metodologias nas aprendizagens dos mais pequenos.

Aumentamos o espaço dedicado ao sono, após o almoço, requalificando um novo espaço, permitindo uma melhor qualidade de descanso. Não foi, ainda, possível montar a sala multissensorial, o que só acontecerá pela libertação de uma sala de Pré-Escolar, após a construção de edifício na zona do atual parque infantil.

Em 2024, um ano depois das obras e de muita burocracia, foi possível receber o valor correspondente ao PRR – berçários – cinquenta mil euros, aproximadamente, acrescido de 50% do IVA, faltando, ainda, os restantes 50%.

Para finalizar a área de infância, dizer que é já muito difícil selecionar profissionais de excelência. O CSPM viu-se na “obrigação” de ficar, mais um ano, com colaboradoras cujo desempenho não é, claramente, adequado. A rotação de pessoas tem sido enorme, trazendo diversos problemas, designadamente o “puxar para baixo” o patamar de excelência já alcançado.

2.2 – Área do envelhecimento

A área do envelhecimento continua a ser crítica e estratégica e sê-lo-á cada vez mais. Praticamente, um quarto da população portuguesa tem mais de 65 anos e o “modus vivendi” da sociedade continua a não permitir que filhos e netos tomem conta dos pais e avós. A organização do trabalho e o individualismo não deixam espaço para isso. A solução tem sido “armazenar” os mais velhos em Lares ou ERPI’s, cujos custos são muito elevados para as famílias e para o estado. Importa, por isso, procurar inovar nas respostas sociais, sendo que trabalhar o envelhecimento saudável, ativo e feliz, ganha, crescentemente, maior importância.

O **Centro de Dia** do CSPM tem tido uma frequência a variar entre os 32 e os 35, sendo que apenas 32 são comparticipados pela Segurança Social. Boa parte dos utentes não é já independente, sendo necessário apoio, por vezes muito significativo, para a higiene, para o curto caminho até ao restaurante e mesmo para se alimentar. Por um lado, a idade, por outro, as comorbilidades físicas e, não raras vezes, a demência e as doenças mentais fazem com que sejam necessários mais recursos humanos capacitados para lidar com estas pessoas. O CSPM tem apostado bastante, em manter proativos os seus utentes, designadamente, através de sessões de mobilidade, motricidade e de desenvolvimento cognitivo. Empenha-se, igualmente, que os utentes estejam limpos e asseados, tratando da sua higiene e imagem, quando tal não acontece em suas casas. Reconheça-se, contudo, a enorme fragilidade de alguns, porquanto vivem sós ou com muito pouca



assistência familiar ou de terceiros. A alimentação, cuidada e de qualidade, é outra área de atenção prioritária, encontrando-nos em fase de revisão de ementas com a contratação dos serviços de uma nova nutricionista.



Parte da frota automóvel para apanha e entrega dos utentes encontra-se obsoleta, tendo-se iniciado a eletrificação da mesma, com o apoio do PRR, adquirindo-se uma viatura de 9 lugares, permitindo o transporte de um dos ocupantes em cadeira de rodas. O seu custo foi de 63 960€ e tem um apoio PRR de 25 000€, dos quais faltam receber 7 500€. Esta viatura, encomendada a meio de 2024 foi entregue apenas no início do mês de março, após transformação.





O **Serviço de Apoio Domiciliário** tem tido a capacidade esgotada pelo que, em sede de candidatura ao PRR para modernizar os equipamentos de cozinha e de lavandaria, solicitamos o reforço de mais 10 lugares. Ou seja, quer o Centro de Dia, quer o Serviço de Apoio Domiciliário, ficam com uma capacidade de 40 lugares, cada. A aprovação da candidatura, no valor de 52 705€, permitirá substituir a generalidade dos equipamentos da cozinha e da lavandaria, tornando estas mais modernas e mais eficientes e, simultaneamente aumentar a segurança do edifício, através de persianas elétricas, na cozinha, em caso de incêndio, bem como pinturas e luminárias na lavandaria e cozinha.

Quanto à Valência propriamente dita, pode afirmar-se que esteve completa, ao longo do ano, com 30 utentes, destacando-se os serviços de higiene aos utentes, o fornecimento do serviço de refeições, bem como a lavagem de roupa e a higiene habitacional.

A Segurança Social procedeu a uma visita de acompanhamento técnico em junho, às respostas sociais de Centro de Dia e de Serviço de Apoio Domiciliária, nada de relevante havendo a assinalar.

A Direção do CSPMindelo continua a pugnar por renovar as respostas de CD e SAD atendendo à mudança das necessidades dos utentes. Se no CD se tem vindo atualizar os serviços, admitimos ter de fazer melhor no SAD.

O CSPM continuou com o projeto **Porta 55+ _ Viver os Dias, Combater a Solidão**. Uma “resposta” inovadora às necessidades daqueles que se encontram em solidão ou em isolamento social, nas freguesias de Árvore, Mindelo e Vila Chã. Tem sido um enorme desafio. Depois de ser uma IIES financiada por fundos europeus até junho de 2023, através da Portugal Inovação Social, foi, ainda, cofinanciada pela CMVC no 2º semestre desse ano, contudo, foi o CSPM o único financiador do projeto no ano de 2024. O voluntariado é, em boa medida, a base de intervenção do projeto, no domicílio dos utentes. São esses voluntários, suportados pela equipa técnica do projeto, que promovem as atividades com vista ao envelhecimento saudável, ativo e feliz. No início do ano eram beneficiários do projeto cerca de 100 pessoas, entre utentes e voluntários, baixando esse número para 85, no final do ano.





O ano de 2024 foi, digamos, de “manutenção”, enquanto a equipa técnica dedicava parte do seu tempo ao desenvolvimento de um novo projeto, a candidatar, enquanto IIES, à Portugal Inovação Social, o que veio a acontecer, sob a designação de InPORTA – Viver os Dias, Combater a Solidão. A candidatura dirige-se às freguesias limítrofes de Azurara, Fajozes, Modivas, Gião e Labrufe. Estas freguesias têm uma população semelhante às três onde atualmente se desenvolve o Porta 55+. Assim, no caso do InPORTA vir a merecer a aprovação da Portugal Inovação Social, serão cobertos cerca de 30% da população do concelho de Vila do Conde. Este projeto, para 3 anos, tem um orçamento previsto de 402 500€, destacando como investidores sociais a Câmara Municipal de Vila do Conde, a Agros, a Projemato, a Junta de Freguesia de Mindelo e a Caixa de Crédito Agrícola de Vila do Conde, os quais contribuirão com 80 500€.



InPORTA

Mais amor

A felicidade é um resultado do amor: o amor por viver, o amor por ajudar as pessoas e por fazê-las felizes também!

O InPORTA funda-se no Porta 55+, procurando manter o que de melhor aquele tem, retirando as ações que correram menos bem e acrescentando um conjunto significativo de inovações, designadamente na área da saúde mental e uma melhor e efetiva avaliação do impacto nas pessoas envolvidas.



3. Pessoas – o recurso mais valioso do CSPM

Para além do recurso mais valioso é, também, o maior desafio do CSPM.

Atualmente a instituição tem 41 colaboradores no quadro de pessoal, a que acrescem 1 estagiário e alguns colaboradores inseridos na medida “Contrato de Emprego e Inserção”, os quais vão variando consoante a disponibilidade e competências demonstradas, “enviados” pelo IEFP.

Nos anos de 2023 e 2024 foram admitidos 35 novos colaboradores, dos quais apenas 15 se mantêm. A rotação de pessoal atingiu um nível “desesperante”. Por um lado, as competências dos colaboradores admitidos são baixas, por outro, quando se decide contratar sem experiências, verifica-se, não raras vezes, que as pessoas não têm perfil para a função ou não querem de todo fazer o trabalho para que foram contratadas, optando por sair. Acresce, que temos perdido alguns bons colaboradores por usufruírem de salários baixos. O mercado de trabalho encontra-se numa grande turbulência gerada pela falta de mão de obra e de certas qualificações, fazendo com que os salários tendam a subir muito mais do que a percentagem dos proveitos. O CSPM paga, genericamente, acima das tabelas acordadas entre a representante das entidades empregadoras e os sindicatos, o que, contudo, não tem sido suficiente. Sem colocar em causa os indispensáveis equilíbrios, julga-se haver alguma margem para fazer crescer os salários, o que, após os aumentos de janeiro de 2025, deverá ocorrer, aquando do ACT que vier a ser estabelecido.

A formação do pessoal tem ocupado um papel central na vida do CSPM. Entendemos que só atualizados, renovando o conhecimento, conseguimos responder aos desafios do nosso tempo. Por isso ter contratualizado entidades especializadas na formação da infância e nos serviços aos mais velhos.

A Avaliação do Desempenho dos colaboradores assume uma grande importância. Sendo certo que a rotação de pessoal não ajuda à aculturação desta prática, continuamos a pensar que ela constitui um importante estímulo para elevar a *performance* dos colaboradores. O modelo em uso é baseado na análise das competências e dos objetivos, importando, todavia, rever os objetivos e, se possível, aligeirar o modelo de forma que o mesmo possa ser aplicado trimestralmente, tornando possível o feedback e a atribuição de prémios com uma periodicidade mais curta. Em 2024 cerca de 35% dos colaboradores foram recompensados através do prémio de desempenho, o qual variou entre 50% e 100% do salário mensal.

Na primeira parte do ano foi feito um inquérito sobre o clima organizacional, que já conheceu “melhores dias”, daí resultando reuniões de avaliação, por grupo profissional, as quais se revelaram encorajadoras, esperando-se melhorias significativas.



4. Realizações e investimentos em curso

Estavam planeados diversos investimentos no ano de 2024, todavia a burocracia, a falta de compromisso e o não cumprimento de prazos por parte de diversas entidades, fez com boa parte tenha “marinado” sem que pudessem ser concretizados.

Foi o caso do parque de estacionamento, de que o CSPM é comodatário, cujo projeto demorou imenso tempo a ser realizado pelos serviços da Câmara Municipal, a que se juntou a dificuldade em obter orçamentos que permitissem abrir o concurso de “consulta prévia”.

A colocação de uma nova cobertura na zona do salão rosa foi impedida pelo mau tempo, pois, infelizmente, o arquiteto contratado pelo CSPM, apenas disponibilizou o projeto a meio do outono. Igualmente, o mesmo arquiteto, atrasou imenso o projeto de construção de um novo edifício na “zona do parque infantil” para acomodar 2 salas para o Pré-Escolar no piso -1, permitindo libertar uma outra (do lado oposto) para sala multissensorial e, no piso 0, uma área para a administração e outras necessidades administrativas. Infelizmente, aquando da entrada do projeto para licenciamento na Câmara Municipal, foi constatado que o atual edifício faz parte de um loteamento (nunca tendo sido tratado como tal), pelo que houve necessidade de, previamente, “legalizar” o loteamento, uma vez que as áreas não são coincidentes.

A carrinha elétrica de 9 lugares, transformada para transporte de pessoas com mobilidade reduzida, prevista chegar até ao final de 2024, apenas chegou em fevereiro de 2025. A sua chegada, para além de marcar uma nova era - a eletrificação da frota automóvel, permite que o CSPM alienie 2 das carrinhas “Toyota” com mais de 20 anos, do mesmo modo que deve ser considerada a eventualidade da venda do autocarro cujos custos de detenção e manutenção são elevados para o serviço que faz, que é próximo de zero.

A remodelação da cozinha e da lavandaria, no âmbito do Aviso 11 do PRR, com um financiamento a fundo perdido de 52 705€, será brevemente uma realidade, pois o concurso está feito, embora existam dificuldades de última hora que importa não descurar e resolver.

Foi possível adquirir um terreno com mais de 4 000 m², permitindo, assim, que o CSPM ficasse proprietário de mais de 7 000 m² de terreno, contíguos ao seu espaço, no qual se poderá construir o Centro Preventivo e de Terapia para a Saúde Mental com residência permanente (seria única na AMP), um anfiteatro aberto à comunidade, transferir o Centro de Dia, libertando espaço para aumentar a Creche e construção de um pequeno núcleo habitacional em “regime de cohousing” ou habitação colaborativa.



Foram revistas as Medidas de Auto-Proteção com vista à inspeção da ANEPC e elaborado um novo Plano de prevenção da Legionela-

5 – Contas

5.1 – Balanço

As variações no balanço ocorrem no disponível, em face, naturalmente da geração de resultados e no ativo fixo tangível, decorrente das depreciações. No passivo, a variação é inexpressiva e nos fundos patrimoniais tem origem nos resultados transitados e do exercício.

A autonomia financeira supera os 90%, indicando uma enorme capacidade para financiar os seus ativos. Igualmente, o rácio da solvabilidade é notável, porquanto o passivo da instituição é praticamente devido ao direito a férias que se vencem no dia 1 de janeiro do ano seguinte.

5.2 – Demonstração dos Resultados

Houve uma variação de quase 9% nas vendas e prestação de serviços, resultante do aumento das comparticipações nos Acordos com a Segurança Social, bem como de um maior número de frequências nas respostas, designadamente na infância.

Os subsídios tiveram uma descida muito expressiva em virtude de, relativamente a 2023, não ter havido qualquer valor para o Porta 55+. Recorde-se que o ano de 2023 foi o ano de fecho de contas da IIES, pelo que se receberam importantes valores que não se repetiram em 2024, naturalmente.

O CMVMC aumentou cerca de 6,5%, demonstrando que os bens alimentares continuaram com crescimentos bastante superiores à inflação, já os FSE regrediram, ainda que muito pouco, demonstrando o rigor do controlo de custos.

Os Gastos com Pessoal cresceram cerca de 6%, permitindo ganhos reais a todo o pessoal, que foi aumentado muito acima das tabelas negociadas entre a Confederação das IPSS e as Federações Sindicais.

O Resultado cresceu 10,8% face a 2023, para 265 450,24€, tornando-se no maior resultado de sempre. O cash-flow atingiu cerca de 310 000€.

6. Perspetivas

O Centro Social e Paroquial de Mindelo tornou-se numa organização socialmente muito importante pela utilidade que confere às famílias de Mindelo e freguesias envolventes.



Porém, a reputação e notoriedade alcançadas, só por si, não são garantia da sua sustentabilidade no médio/longo prazo. O CSPM carece de órgãos sociais capazes e competentes.

Com a aprovação das contas de 2024 termina o quadriénio para que foram nomeados os atuais dirigentes, pelo que não nos cabe falar sobre perspetivas, a não ser, naturalmente, sobre as ações e investimentos que estão previstos e que têm sido amplamente trabalhados, convindo que aqui fiquem registados, tanto mais que alguns deles têm financiamento assegurado, a fundo perdido, no âmbito do PRR.

Assim, de seguida, ficam listados:

- Finalizar as ações tendentes à aquisição de equipamentos para a cozinha e lavandaria e as obras previstas na candidatura aprovada (Aviso 11 PRR), no valor de 52 705€.
- Contactar empreiteiro e acompanhar a obra da cobertura do salão rosa (adjudicada em outubro/2024).
- Acompanhar o processo de indemnização da seguradora a propósito da inundação ocorrida em 13 de janeiro (orçamento na casa dos 38 000€ – 40 000€), circunstância que deve ser aproveitada para fazer diversas manutenções no edifício, em simultâneo.
- Continuar a eletrificação dos transportes de utentes, adquirindo mais uma carrinha de 9 lugares.
- Lançar concurso de “Consulta Prémia” do parque de estacionamento e ligação ao adro (projeto elaborado pela CMVC), cujos orçamentos existem, podendo de imediato ser iniciado.
- Acompanhar, proactivamente, o “licenciamento” do processo de loteamento do CSPM (alvará 36/86) e submeter licenciamento do edifício de alargamento do CSPM (projeto concluído, aguardando, apenas, a questão do loteamento).
- Elaborar um estudo urbanístico dos cerca de 7 000 m² contíguos, para nascente, ao CSPM, maximizando a área útil, fazendo a ligação entre a Rua Pe. Américo e a Rua da Estação (em forma concava), incluindo neste o Centro de Prevenção e Terapia para a Saúde Mental, com residência permanente; incorporar o Centro de Dia, deslocalizando-o do atual edifício, libertando espaço para aumentar em cerca de 45 lugares a Creche; construção de um anfiteatro e sala de espetáculos que sirva toda a comunidade; construção de habitação colaborativa.
- Acompanhar a candidatura do projeto *InPORTA à Portugal Inovação Social* e contactar os investidores sociais do projeto (Orçamento de cerca de 402 500€). Entretanto, hoje



mesmo, soubemos, oficiosamente, que o projeto vai ser proposto para decisão favorável, ainda que com um corte de 20% no orçamento global, a aplicar a todas as candidaturas selecionadas. Naturalmente que haverá que decidir internamente o que fazer, não deixando de assinalar que a bondade do projeto, aconselharia a que o CSPM autofinanciasse esses 20%, os quais são inferiores ao que atualmente investe.

- Diversas obras de manutenção, designadamente a pintura das salas de JI, a pintura de muros e “impermeabilização” do edifício.
- Substituir alguns dos equipamentos informáticos com vista à melhoria da sua performance.

Evidentemente que esta “listagem” constituía a nossa prioridade, não significando que o seja dos próximos dirigentes, a quem aproveitamos para desejar o melhor desempenho nas funções para que são nomeados.

Claro está que o foco, permanente, está e estará nos “mais velhos” que o CSPM acompanha e cuida, bem como nos “mais novos” que cuida e desenvolve. Esse tem de ser o grande compromisso da estrutura e dos dirigentes, porque esses são a razão de ser do CSPM. Espírito de missão é determinante para que se continue a fazer do CSPM uma instituição de excelência e a referência no concelho de Vila do Conde.

7. Resultados

A Direção do Centro Social e Paroquial de Mindelo entende que o Resultado Líquido de 265 450,24€ (duzentos sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta euros e vinte e quatro cêntimos) seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

8. Agradecimentos

Neste final de mandato (alguns de nós dedicaram 7 anos da sua vida a esta instituição – quase a tempo inteiro ou mesmo a tempo inteiro, completamente *pro bono*) em que tivemos o gosto de servir o CSPM, cuidar e desenvolver pessoas (mais novos e mais velhos) e liderar o CSPM transformando-o numa organização dinâmica, reputada, sustentável, de excelência e referente no concelho, queremos agradecer:

- Aos colaboradores do CSPM pelo empenho e dedicação, pelo sentido de servir e de missão com que, diariamente, cuidam e desenvolvem os utentes;
- Aos Voluntários do Porta 55+ pelo altruísmo, bondade e dádiva permanente de carinho, afetos e coragem aos utentes do projeto;
- Aos investidores sociais do Porta 55+ e, comprometidos investidores sociais com o InPORTA, pela sua filantropia;



- Às autarquias, Câmara Municipal de Vila do Conde e Junta de Freguesia de Mindelo, pelo apoio que nos têm prestado;
- À Segurança Social, designadamente ao Centro Distrital do Porto, pelas visitas de apoio técnico e pelos serviços de apoio no âmbito do PRR;
- Ao Banco Alimentar, instituição que nos ajuda com alguns víveres para minorar os custos com a alimentação;
- À comunidade e a tantos outros que uma ou outra vez se “cruzam” com o CSPM, a nosso pedido ou por sua iniciativa e que têm demonstrado uma enorme solidariedade com o nosso trabalho e a nossa missão, e, naturalmente,
- Às crianças que cuidamos e desenvolvemos, aos mais velhos que cuidamos e encorajamos e às famílias de todos, que servimos, sem os quais não existiríamos.

Muito obrigado a todos. Todos, todos, todos, em conjunto, fazemos a diferença na vida de cada um.

Mindelo, 26 de março de 2024

A Direção

Pe. José Emanuel Rodrigues Félix Milheiro Amorim (Presidente)

Dr. Joaquim António Pereira Cardoso (Vice-Presidente)

Dra. Rafaela Azevedo Ribeiro (Secretária)

Sr. Manuel Lopes dos Santos (Tesoureiro)

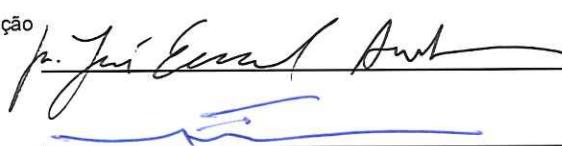
Sr. Marco Aurélio Ferreira Campelo (Vogal)

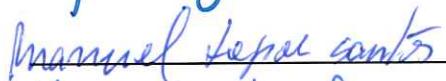
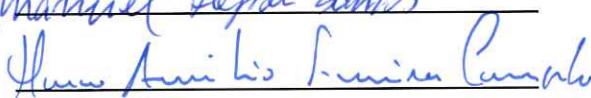
Demonstração de resultados por naturezas a 31 de Dezembro de 2024

Conta	Rendimentos e Gastos		Notas	2024	2023
	Pos	Neg			
71/72	Vendas e serviços prestados		7	1,203,840.15	1,104,953.45
75	Subsídios à exploração		12,11	67,981.21	114,833.67
73	Variação de Inventários na produção			0.00	0.00
74	Trabalhos para a própria entidade			0.00	0.00
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		6	-96,381.74	-90,369.11
62	Fornecimentos e serviços externos		12,12	-133,975.69	-135,277.92
63	Gastos com pessoal		10	-782,317.71	-737,900.36
7622	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			0.00	0.00
7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		12,14	0.00	0.00
763	Provisões (aumentos/reduções)			0.00	0.00
7623/8	Imparidade de activos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)			0.00	0.00
77	Aumentos / Reduções de justo valor			0.00	0.00
78	Outros rendimentos e ganhos		12,13	41,153.95	31,009.19
68	Outros gastos e perdas		12,14	-2,693.97	-1,579.29
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			297,606.20	285,669.63
761	64 Gastos / reversões de depreciação e de amortização		4/5	-46,324.14	-45,997.32
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			251,282.06	239,672.31
79	Juros e rendimentos similares obtidos		12,13	14,212.92	0.00
69	Juros e gastos similares suportados		12,15	-44.74	-116.85
	Resultado antes de impostos			265,450.24	239,555.46
812	Impostos sobre o rendimento do período			0.00	0.00
	Resultado líquido do período			265,450.24	239,555.46

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Direção



A Contabilista Certificada



CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MINDELO

Contribuinte: 503 787 450
Moeda: EUR

BALANÇO a 31 de Dezembro de 2024

Rubricas	Notas	2024	2023
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1,143,463.81	1,189,161.03
Bens do património histórico e cultural		0.00	0.00
Activos Intangíveis	5	46.07	85.56
Investimentos financeiros	12.4	7,965.93	7,965.93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Outros Créditos e Ativos não Correntes		0.00	0.00
		1,151,475.81	1,197,212.52
Activo corrente			
Inventários	6	9,417.96	9,798.20
Clientes	12.1	4,593.74	3,597.17
Estado e outros entes públicos	12.8	877.86	6,718.90
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Diferimentos	12.3	2,867.92	4,468.69
Outros activos correntes	12.2	35,063.10	58,130.62
Caixa e depósitos bancários	12.5	1,342,246.76	982,518.70
		1,395,067.34	1,065,232.28
		2,546,543.15	2,262,444.80
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12.6	155,363.94	155,363.94
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transitados	12.6	1,255,999.27	1,016,443.81
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos/Outras variações de fundos patrimoniais	12.6	633,194.69	633,466.03
Subsídios ao Investimento	12.6	455,447.55	450,542.31
Doações	12.6	177,747.14	182,923.72
Outras variações		0.00	0.00
	Subtotal	2,044,557.90	1,805,273.78
Resultado líquido do exercício		265,450.24	239,555.46
		2,310,008.14	2,044,829.24
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0.00	0.00
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outras dívidas a pagar		0.00	0.00
	Subtotal	0.00	0.00
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	19,726.82	11,684.41
Estado e outros entes públicos	12.8	16,139.83	16,728.89
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0.00	0.00
Financiamento obtidos	12.9	0.00	1,833.36
Diferimentos	12.3	31,251.08	30,200.35
Outros passivos correntes	12.10	169,417.28	157,168.55
	Subtotal	236,535.01	217,615.56
		236,535.01	217,615.56
		2,546,543.15	2,262,444.80

A Direção



Rafaela Agueda Ribeiro

Miguel de Freitas Santos
Hans Brinck Fumim Lameira

A Contabilista Certificada

Maria das Dores Coles Ribeiro

R. V.
T.
K.
Santos

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MINDELO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2024

Índice

1. Identificação da Entidade	3
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	3
3.1.Bases de Representação.....	3
3.2.Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4. Ativos Fixos Tangíveis.....	8
5. Ativos Intangíveis.....	9
6. Inventário.....	9
7. Rédito.....	10
8. Subsídios do Governo e Apoios do Governo.....	10
9. Imposto sobre o Rendimento.....	11
10. Benefícios dos empregados.....	11
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
12. Outras informações.....	11
12.1 Créditos a receber.....	11
12.2 Outros ativos correntes.....	12
12.3 Diferimentos.....	12
12.4 Investimentos Financeiros.....	12
12.5 Caixa e Depósitos Bancários.....	12
12.6 Fundos Patrimoniais.....	13
12.7 Fornecedores.....	13
12.8 Estado e Outros Entes Públicos.....	13
12.9 Financiamentos Obtidos.....	13
12.10 Outros passivos correntes.....	14
12.11 Subsídios, doações e legados à exploração.....	14
12.12 Fornecimentos e serviços externos.....	14
12.13 Outros rendimentos.....	15
12.14 Outros gastos.....	15
12.15 Resultados Financeiros.....	15
12.16 Aumentos / redução de justo valor.....	15
12.17 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos Resultados.....	15
12.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	16

*B. M.
Herculano
Santos*

1. Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Mindelo é uma pessoa coletiva religiosa reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social, qualificada como Instituição da Igreja Católica, devidamente inscrita no competente registo das IPSS, sob o nº 49/95, fl.82 vº do livro nº 5 das Fundações de Solidariedade Social em 8 de novembro de 1994.

Tem sede na Rua Padre Joaquim Ferreira nº 55, freguesia de Mindelo no concelho de Vila do Conde.

Visa contribuir para a promoção da caridade cristã, da cultura, educação e a integração comunitária e social, na perspetiva dos valores do Evangelho, de todos os habitantes da comunidade onde está situado, especialmente dos mais pobres.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei nº 36-A/2011 de 9 de março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de contas (CC)- Portaria nº 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 8259/2015 de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimento e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

8. 2.
Flávia
Santos

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisão, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiência.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores, recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem, na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas uteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11. Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12. Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alteração das políticas contabilistas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não são disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período, cada um dos seguintes pontos:

- A retribuição total paga ou recebida;
- A parte da retribuição que consiste em caixa e seus equivalentes;
- A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos fixos tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e representação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	5 anos
Equipamento informático	3 anos

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam se mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

F. Y.
Flávio
santos

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

*S. J.
Henrique
santos*

3.2.4 Investimentos Financeiros

A Lei nº 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação de trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalhador), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devem ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente à comparticipação do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0.925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Utentes e outras contas a receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros

estimados, descontados á taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data do Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

O custo de transação só pode ser incluído na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurado ao custo menos a perda por imparidade.

À data de relato, a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando a existência da imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são reconhecidos na forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos e bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis, sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiro;
- Fundos acumulados e outro excedente;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artº do código do imposto sobre rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento da Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas aquelas legalmente equiparadas.

No entanto, o nº3 do referido artigo menciona que “a isenção prevista no nº 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do nº 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmo ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no nº 3 do artº 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do nº 5 do artº 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e as taxas previstas no artº 88.

*B. P.
Paulo C.
Santos*

Assim, de seguida apresenta-se o seguinte quadro de modo a permitir a compreensão das correções efetuadas, nas contas de Fundos:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	155 363,94		0,00	155 363,94
Resultados Transitados	1 255 999,27	0,00	0,00	1 255 999,27
De Exercícios Anteriores	255 483,30			255 483,30
Ano 2018	20 598,23			20 598,23
Ano 2019	200 252,69			200 252,69
Ano 2020	164 530,73			164 530,73
Ano 2021	217 998,71			217 998,71
Ano 2022	157 580,15			157 580,15
Ano 2023	239 555,46			239 555,46
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	633 466,03	25 000,00	25 271,34	633 194,69
Subsídios atribuídos PIDACC - Edifício	162 433,60		6 484,37	155 949,23
Subsídios atribuídos-Fundo Socorro Social-Obras				0,00
Donativos de Particulares- Edifício	71 679,07		1 980,56	69 698,51
Donativos de Particulares- Outros	0,00		0,00	0,00
Subsídios atribuídos- FEDER ON2	155 918,67		4 094,00	151 824,67
Subsídios atribuídos- FEDER NORTE 2020-REM.CD	14 623,00		2 437,17	12 185,83
PRR-RE-C03-I01-04-000063	45 887,97		5 098,66	40 789,31
PRR-RE-C03-I01-08-000303		25 000,00		25 000,00
Doações	182 923,72		5 176,58	177 747,14
Total	2 044 829,24	25 000,00	25 271,34	2 044 557,90

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e 2023, mostrando os aumentos, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferencias	Saldo final
Terrenos	88 500,00				88 500,00
Edifícios	1 666 624,60				1 666 624,60
Equip. Alojamento Utentes	105 022,33				105 022,33
Equip. Médico Hospitalar	430,00				430,00
Equip. Didático	30 544,00				30 544,00
Equip. Básico - Outro	41 799,76	587,43			42 387,19
Veículos Ligeiros	92 848,10				92 848,10
Veículos Mistos	20 460,69				20 460,69
Veículos Pesados	74 011,63				74 011,63
Mobiliário Utensílios Administrativo	3 725,08				3 725,08
Máquinas de Escritório	12 918,99				12 918,99
Equip. Informático	20 494,58				20 494,58
Outros A. F. Tangíveis	23 063,76				23 063,76

Activo Tangível Bruto	2 180 443,52	587,43	0,00	2 181 030,95
-----------------------	--------------	--------	------	--------------

*Z J.
Florulenta
Gantos*

Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Transferencias	Saldo Final
Terrenos					
Edifícios	591 524,67	39 809,06			631 333,73
Equip. Alojamento Utentes	105 022,33				105 022,33
Equip. Médico Hospitalar	430,00				430,00
Equip. Didático	30 544,00				30 544,00
Equip. Básico - Outro	30 937,89	1 875,77			32 813,66
Veículos Ligeiros	87 952,27	1 250,00			89 202,27
Veículos Mistos	20 460,69				20 460,69
Veículos Pesados	74 011,63				74 011,63
Mobiliário Utensílios Administrativo	3 725,08				3 725,08
Máquinas de Escritório	7 862,96	1 251,31			9 114,27
Equip. Informático	20 494,58				20 494,58
Outros A. F. Tangíveis	18 316,39	2 098,51			20 414,90
Depreciações Acumuladas	991 282,49	46 284,65	0,00		1 037 567,14
Activo Tangível Bruto	1 189 161,03	-45 697,22	0,00		1 143 463,81

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferencias	Saldo final
Programa de Computador	4 038,01				4 038,01
Activo Tangível Bruto	4 038,01	0,00	0,00		4 038,01

Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Transferencias	Saldo Final
Programa de Computador	3 952,45	39,49			3 991,94
Depreciações Acumuladas	3 952,45	39,49	0,00		3 991,94
Activo Tangível Bruto	85,56	-39,49	0,00		46,07

6 Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias	7 016,93	8 572,03
Matérias - Primas, Subsidiárias e de Consumo	2 401,03	1 226,17
Total	9 417,96	9 798,20

No que concerne à quantia de “Inventários” de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, detalham-se conforme segue:

8. *João Pedro
Santos*

Movimentos	2024		2023	
	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo		Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	
Saldo Inicial		1 226,17		4 372,09
Compras		74 701,14		70 150,99
Doações		15 091,34		10 356,42
Saldo Final		2 401,03		1 226,17
Gastos do Período		88 617,62		83 653,33

Movimentos	2024		2023	
	Mercadorias		Mercadorias	
Saldo Inicial		8 572,03		9 193,47
Compras		6 209,02		6 094,34
Doações				
Saldo Final		7 016,93		8 572,03
Gastos do Período		7 764,12		6 715,78

7 Réido

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réidos:

Rubricas	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias	8 595,80	8 551,90
Vestuário	8 595,80	8 551,90
Prestação de Serviços	1 195 244,35	1 096 401,55
Mensalidades Utentes	1 154 909,03	1 055 005,96
Serviços Extras	40 335,32	41 395,59
Total	1 203 840,15	1 104 953,45

8 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”

Descrição	Natureza	2024			2023		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CM Vila do Conde	Não Reembolsável	0,00	0,00	24 255,00	0,00	0,00	14 650,00
Freguesia de Mindelo	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IEFP	Não Reembolsável	0,00	0,00	2 298,00	0,00	0,00	4 654,13
Porta 55+	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	71 804,77
Adaptar Social +	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PIDDAC (Edifícios)	Não Reembolsável	162 433,60	0,00	6 484,37	168 917,97	0,00	6 484,37
Fundo Socorro Social	Não Reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FEDER - ON 3	Não	155 918,67	0,00	4 094,00	160 012,67	0,00	4 094,00

*& Mário Lourenço
Santos*

	Reembolsável						
FEDER - NORTE 2020 REMOD.CD	Não Reembolsável	14 623,00	0,00	2 437,17	17 060,17	0,00	2 437,17
PRR-RE-Aumento da Creche	Não Reembolsável	45 887,97	0,00	5 098,66	50 986,63	0,00	5 098,66
PRR-RE-Mobilidade Verde	Não Reembolsável	25 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		403 863,24	0,00	44 667,20	396 977,44	0,00	109 223,10

9 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRC	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

10 Benefícios dos empregados

São cinco os elementos que compõe o conselho diretivo, não obtendo qualquer contrapartida financeira pelo desempenho das funções atribuídas.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios 2024 foi de 45.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários são os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações ao Pessoal	621 985,43	588 365,23
Indemnizações	9 603,45	3 843,82
Encargos sobre as Remunerações	134 884,29	125 445,45
Seguros Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8 939,72	5 862,61
Outros Gastos com o Pessoal	6 904,82	14 383,25
IEFP		
Total	782 317,71	737 900,36

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos de artigo 210º do Código contributivo, publicado pela lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes C/C		
Utentes	4 593,74	3 597,17
Total	4 593,74	3 597,17

12.2 Outros ativos correntes

A rubrica “Outro ativo corrente” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Outros Instrumentos Financeiros	1 000,00	1 000,00
Ativos Financeiros	1 000,00	1 000,00
Fornecedores	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores		
Outras Contas a Receber	34 063,10	57 130,62
Outras Receitas Diferidas	0,00	0,00
Outros Devedores	34 063,10	57 130,62
Total	35 063,10	58 130,62

12.3 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Gastos a Reconhecer	2 867,92	4 468,69
Seguros	2 491,57	4 252,21
Outros	376,35	216,48
Rendimentos a Reconhecer	31 251,08	30 200,35
Mensalidades	4 723,18	8 196,32
Outros	26 527,90	22 004,03
Total	34 119,00	34 669,04

12.4 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”

Descrição	2024	2023
Outros Investimentos Financeiros		
FCT	7 965,93	7 965,93
Total	7 965,93	7 965,93

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	362,03	1 527,62
Depósitos à Ordem	1 341 884,73	980 991,08
Total	1 342 246,76	982 518,70

*R. ZF
M. Souto
Santos*

*R. J.
Flávio
Santos*

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	155 363,94			155 363,94
Resultados Transitados	1 016 443,81	239 555,46		1 255 999,27
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	633 466,03	25 000,00	25271,34	633 194,69
Total	1 805 273,78	264 555,46	25 271,34	2 044 557,90

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Passivo		
Fornecedores C/C	19 726,82	11 684,41
Total	19 726,82	11 684,41

12.8 Estado e Outro Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outro Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Activo		
Imposto sobre o rendimento - IRC	0,00	0,00
IVA a Recuperar	877,86	6 748,90
Total	877,86	6 748,90
Passivo		
Imposto sobre o rendimento - IRC	0,00	0,00
Retenções na Fonte - IRS	2 137,00	2 218,00
Retenções na Fonte - IRC	0,00	3,45
Iva a Pagar	635,51	531,33
Iva a Recuperar	0,00	0,00
Segurança Social	13 367,32	12 156,13
Outros FCT e FGCT	0,00	0,00
Total	16 139,83	14 908,91

12.9 Financiamentos Obtidos

A rubrica “Financiamentos Obtidos” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Financiamentos Obtidos		
Locações Financeiras	0,00	1 833,36
Total	0,00	1 833,36

12.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outro passivo corrente” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos C/C	0,00	0,00
Credores por Acréscimos de Gastos	169 417,28	157 168,55
Remunerações a Liquidar	165 687,90	154 176,10
Outras despesas diferidas	3 729,38	2 992,45
Pessoal	0,00	0,00
Remunerações a pagar	0,00	0,00
Sindicatos	0,00	0,00
Outros Credores	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	169 417,28	157 168,55

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 8.

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	26 553,00	91 108,90
Doações e Heranças - Donativos	41 428,21	23 724,77
Total	67 981,21	114 833,67

12.12 Fornecimentos e serviços externos

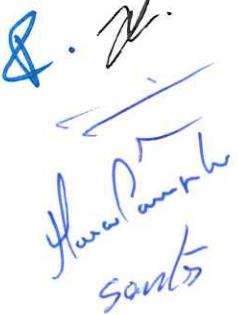
A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 dezembro de 2024 e 2023 foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	2 117,44	4 308,49
Serviços Especializados	55 629,13	55 332,27
Materias	11 538,61	14 342,18
Energia e Fluídos	34 761,51	30 025,81
Deslocações, Estadas e Transportes	4 142,13	4 566,77
Serviços Diversos	25 786,87	26 702,40
Total	133 975,69	135 277,92

8. Jd.
Floriano
Sousa

12.13 Outros rendimentos

A rubrica “outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:



Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	41 153,95	31 004,12
Rendimentos Suplementares	569,25	186,94
Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	0,00	13,42
Outros Rendimentos	40 584,70	30 803,76
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	14 212,92	5,07
Juros Obtidos	14 212,92	5,07
Total	55 366,87	31 009,19

12.14 Outros gastos

A rubrica de “outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	0,00	0,00
Dividas Incobráveis	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	2 693,97	1 579,29
Total	2 693,97	1 579,29

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Gastos de Financiamento		
Juros Suportados	44,74	116,85
Total	44,74	116,85
Resultados Financeiros	44,74	116,85

12.16 Aumentos/reduções de justo valor

Não se verificaram movimentos na Rubrica de Aumentos/Reduções de Justo Valor

12.17 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2024, foi o seguinte:

- Creches: 87
- Pré-escolar: 71
- Centro de dia: 35
- Serviço de Apoio Domiciliário: 30

12.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeira de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Mindelo, 14 de março de 2025

A Contabilista Certificada

Maria das Dores Wessels

A Direção

José Emanuel

Rafaela Agueda Arbain
Mariamel das Praias Souto
Maria António Lourenço Pampl



Parecer do Conselho Fiscal

No uso das competências consignadas no artº 26º, designadamente do nº 1, alínea b) dos Estatutos do Centro Social e Paroquial de Mindelo, o Conselho Fiscal, após análise do Relatório e Contas do exercício de 2024, apresentados pela Direção, bem como dos esclarecimentos prestados, com o detalhe necessário, decide emitir o seguinte **parecer**:

- 1 - Que sejam aprovados o Relatório e as Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que apresentam um Resultado Líquido de 265 450,24€.
- 2 - Que seja aprovado um voto de louvor e confiança à Direção do Centro Social e Paroquial pelo acerto nas decisões que vem tomando, fazendo desta instituição uma organização de excelência, pelo dinamismo, reputação e atratividade que vem gerando.
- 3 - Que seja reconhecido o mérito da Direção pelo desempenho obtido no quadriénio que agora termina, ao gerar um cash-flow 1 078 592,32 €, valor que permitirá financiar, integralmente, os investimentos previstos no Relatório de Gestão.

Mindelo, 27 de março de 2025

O Conselho Fiscal

António Azevedo Alves

Eng. António de Azevedo Alves

Albino Manuel Azevedo Rafael

Dr. Albino Manuel Azevedo Rafael

António Azevedo Maia

Sr. António Azevedo Maia